



CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA

-----ATA EM MINUTA NÚMERO 4/2024-----

Reunião do CMJE: 13 de dezembro de 2024. 17:30h-----

Local de Realização: Convento dos Remédios -----

Presenças: Conforme documento em anexo. -----

Ordem do dia: Presente a ordem de trabalhos, foram tomadas as seguintes resoluções acerca dos assuntos dela constantes.

1. Votação da ata da reunião do dia 7 de novembro de 2024; -----

A ata foi aprovada por unanimidade.

2. Emissão de parecer, sobre o documento “Opções do Plano e Orçamento para 2025”, de acordo com o artigo 8º, ponto 2 do referido regulamento; -----

Em relação à Assembleia Municipal, foi referida a presença de 33 membros, incluindo 12 presidentes de junta de freguesia. A importância da opinião de todos foi valorizada e o orçamento foi partilhado de modo a permitir que todos tivessem a oportunidade de expressar as suas opiniões. Foi destacado que o documento é extenso e de grande importância, com contextualização necessária, pois representa ideias sobre o caminho que se deseja seguir. Como é o último ano de mandato, há o objetivo de concluir as propostas e, se possível, adicionar algo mais. O orçamento é um suporte essencial para a Câmara Municipal, e é necessário considerar fatores como o contexto mundial, as alterações climáticas, as guerras, a inflação, entre outros, que afetam a economia de forma global, e que por sua vez influenciam a atividade dos municípios. Esses fatores impactam diretamente em impostos, taxas e a gestão de recursos de cada organismo.

Relativamente aos pagamentos de água, foi explicado que os valores cobrados aos munícipes não são suficientes para cobrir o que é pago pela empresa que fornece este serviço. Historicamente, as tarifas de água foram baixas, para não sobrecarregar as famílias. A gestão de variáveis financeiras, como receitas e despesas, é uma tarefa complexa, pois as condições financeiras variam e não é possível fazer tudo ao mesmo tempo, sendo necessário escolher as prioridades.

No que diz respeito aos números do orçamento para 2024, foi mencionado que são semelhantes aos de anos anteriores, mas elevados em comparação com a média habitual. O orçamento contempla 104 milhões de euros para investimentos, incluindo a construção das acessibilidades ao novo hospital, cujo custo é estimado em 2 milhões e 200 mil euros, além de 10 milhões de euros para a construção de infraestruturas necessárias para o



hospital. A previsão é que esses investimentos sejam realizados de forma equilibrada, com o objetivo de investir e redistribuir os recursos públicos.

A saúde, educação e áreas sociais recebem recursos do Estado, com destaque para o financiamento de pessoal auxiliar, manutenções de escolas e centros de saúde. Contudo, há a necessidade de mais verbas para cobrir as despesas, especialmente com a transferência de competências, que traz um déficit de cerca de um milhão e meio de euros. O Estado tem cometido erros no cálculo de orçamentos, e cidades como Porto e Lisboa enfrentam défices semelhantes na área da educação, que chegam a 14 milhões de euros.

Parte do orçamento é destinada a despesas correntes, como pagamento de pessoal, luz, água, entre outros. As obras são financiadas por fundos específicos, representando 15% do orçamento, com a meta de alcançar um valor de 15 milhões de euros até 2030. Em municípios como Oeiras, que têm uma grande concentração de empresas, a realidade e os investimentos são diferentes, o que torna a comparação difícil. No caso de Évora, a margem para novos investimentos é reduzida, mas são fundamentais os investimentos em infraestruturas essenciais, como água e saneamento, acessibilidade e requalificação das escolas. Já foi lançado um concurso público internacional para estas obras, com a previsão de um valor de 15 milhões de euros, e o projeto Conde Vilalva avançará este próximo ano com um investimento de 4 milhões de euros. A requalificação da área escolar também inclui várias iniciativas para melhorar escolas e centros de saúde, com a extensão da cobertura para a Nossa Senhora da Machede e outros pontos de Évora.

No campo cultural, o projeto "Évora27" foi mencionado, com a Câmara Municipal de Évora não sendo responsável pelos atrasos, uma vez que o Estado se atrasou na criação da associação para coordenar a iniciativa. Houve especulação e polémicas, mas o objetivo é avançar com este projeto de transformação da cidade, mesmo apesar daqueles que discordam dele. No que diz respeito ao Festival Imaterial, embora não seja realizado com a mesma associação, outros festivais continuarão conforme o planeado. O desporto também se mantém como uma área mobilizadora, com apoios que continuarão a ser concedidos.

Sobre a área da juventude, está a ser analisado o modo de funcionamento e a possibilidade de melhorar o apoio financeiro e o festival jovem. O evento está agendado para ocorrer entre os dias 26 e 28 de março, com o objetivo de atingir um público mais abrangente e de várias faixas etárias. O foco é afirmar o potencial da juventude, promovendo uma maior inclusão e participação.

Em relação à habitação, foi discutido o plano local de habitação e as dificuldades encontradas nas candidaturas ao IHRU (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana). Os atrasos no processo são causados pela demora na avaliação dos projetos, o que prejudica o andamento dos projetos habitacionais. Para o plano local de habitação em Évora, existem já 54 lotes destinados à autoconstrução e previsão de requalificação de bairros como o "Escurincho" e "Camélias". Em relação às residências universitárias, a Câmara Municipal de Évora apoia tanto a Universidade quanto os privados, mas a



responsabilidade direta não é da Câmara. No entanto, há atrasos na implementação, e residências privadas com preços elevados.

Portugal tem uma taxa de 3% de habitação pública, muito inferior à média de outros países, onde pode alcançar os 20%. O município está a promover algumas mudanças, incluindo a criação de mais opções de habitação acessível, para que jovens possam ter mais oportunidades. As questões habitacionais também estão ligadas à ajuda de associações e arquitetos, com o objetivo de facilitar a criação de projetos e a sua implementação.

Foi ainda abordada a questão fiscal, com a descida do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) para 0,37. A participação Variável no IRS passou para 0,4%, destinado-se parte da verba utilizada para instituições sociais. Relativamente à Derrama, foi destacada a isenção da taxa para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000,00 €.

Relativamente a uma pergunta de Mauro, representante da LEAUE, sobre o plano 2025, foi respondido que a Câmara Municipal tem competências sociais desde há dois anos e tem realizado acompanhamento de famílias em dificuldades, incluindo estrangeiros. A questão habitacional continua a ser um desafio, especialmente devido ao número de pessoas sem-abrigo. A Câmara Municipal está a lançar um concurso para a criação de um centro de acolhimento temporário, que será localizado perto da prisão, para acolher situações de emergência, como as de sem-abrigo.

Em relação à segurança, foi discutido o pedido de implementação de um sistema de videovigilância em zonas de risco, conforme a indicação da Polícia de Segurança Pública. O custo estimado é de 600 a 900 mil euros, com implementação possível para o próximo ano. A violência noturna, especialmente associada ao consumo de álcool e drogas, foi mencionada, e a Câmara Municipal está a trabalhar para minimizar essas situações, que são recorrentes em locais como discotecas. Foi destacado que o principal problema ao nível da criminalidade em Évora está relacionado com as fraudes económicas e a violência doméstica, embora se considere que a visibilidade desses crimes tenha aumentado, o que é importante para o trabalho de prevenção.

No entanto, a Câmara Municipal acredita que é possível fazer a diferença, especialmente no que diz respeito à responsabilidade no consumo de álcool e drogas, e que é importante a colaboração de todos. Foi também abordada a questão da prevenção de comportamentos indesejáveis, e a necessidade de reforçar o trabalho nas escolas e na comunidade.

Foi ainda discutida a proposta de criação de um circuito de manutenção, com apoio logístico para várias associações desportivas e as dificuldades associadas à necessidade de regularizar algumas instalações, que não têm licenciamento adequado. O apoio logístico e a concessão de licenças para uso das instalações são importantes para garantir que as atividades desportivas sejam realizadas com segurança e de forma adequada.

A votação final da reunião teve os seguintes resultados: um voto contra, uma abstenção e 18 votos a favor.



3. Outros assuntos.

Em relação ao tema da plataforma de juventude e do Cartão Jovem, Inês Abelha levantou a questão sobre a possibilidade de a Câmara Municipal de Évora dinamizar mais esta iniciativa. Em resposta, a Dra. Luísa Policarpo esclareceu que, de momento, não há planos para expandir a plataforma ou o Cartão Jovem, pois este não apresenta muitos benefícios a nível local. No entanto, destacou que está a ser desenvolvida uma proposta que inclui vantagens locais para os jovens, procurando aumentar os benefícios associados a esta ferramenta.

A Dra. Luísa Policarpo respondeu mencionando que já existem algumas vantagens em vigor, como cedências logísticas, o uso de palco e autocarros para eventos organizados no âmbito do Conselho Municipal da Juventude. Contudo, concordou que é possível explorar novas ideias para ampliar as vantagens e os benefícios associados ao Cartão Jovem.

Mauro reforçou a necessidade de propostas mais concretas nesta área, enquanto Tomás, representante da JSD, expressou a sua discordância quanto à criação de estatutos para os jovens. Na sua perspetiva, a criação de estatutos poderia gerar desigualdades entre os jovens. Tomás sublinhou que atualmente existem 32 associações representadas no Conselho Municipal da Juventude e que o contacto direto com a Câmara Municipal de Évora já é uma vantagem significativa. Além disso, alertou para o risco de forçar os jovens a associarem-se a determinadas organizações ou partidos, o que, segundo ele, seria uma imposição inadequada.

Sandra Abelha, presidente da FRAJAL, abordou a inauguração da Casa das Associações, destacando que este espaço foi criado para apoiar associações sem fins lucrativos. A Casa das Associações inclui uma sala destinada às associações, de utilização gratuita, uma sala de formações totalmente equipada e uma sala de convívio que tem como objetivo fomentar a interação e a dinamização da sede. Sandra reforçou a importância deste espaço para dar vida ao associativismo local, deixando também o convite para a sua utilização.

A reunião encerrou com votos de parabéns à Associação Académica da Universidade de Évora (AAUE) pela realização de atividades e com desejos de bom trabalho para Margarida, a nova presidente da Associação de Estudantes da Severim de Faria. A ata foi aprovada em minuta com unanimidade.

Encerramento: Sem mais assuntos a discutir no momento, deu-se por encerrada a Sessão Extraordinária do Concelho Municipal da Juventude, pelas dezanove horas e vinte minutos, de que para se constar se lavrou a presente ata que será assinada pelo Sr.



Vereador e Secretário.

Évora, treze de dezembro de dois mil e vinte e quatro -----